



MARECHAL RONDON

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 19.389.560/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, A Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2015.

1) A COMPANHIA

A MRTE é uma Companhia de capital privado, constituída em 18 de novembro de 2013, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no contrato de concessão nº 011/2009, firmado com a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) em 26 de fevereiro de 2009, na legislação e regulamentos aplicáveis. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das

receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	5
Tensão em kV:	440/138
Subestações:	1

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Desempenho econômico-financeiro:

	2015	2014
• Liquidez geral	1,57	1,29
• Liquidez corrente	60,32	86,1
• Relação patrimônio líquido/ativo	36,13%	22,52%
• Relação passivo não circulante/ativo	63,51%	76,65%
Ativos totais - R\$:	105.157.366	26.910.598

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar foram levadas para todas as

regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

Nota	2015	2014	Nota	2015	2014		
Ativo			Passivo				
Ativo circulante			Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.169.088	19.084.450	Fornecedores - terceiros	44.999	49.971	
Adiantamentos a fornecedores		21.978	–	Fornecedores - partes relacionadas	14	5.557	4.531
Impostos a recuperar		559.695	74.244	Tributos e contribuições sociais		79.656	46.520
Ativo financeiro amortizável	6	10.929.538	–	Dividendos propostos	9	54.598	54.598
Outros ativos circulantes		16.900	3.900	Outros passivos circulantes		191.476	66.790
		22.697.199	19.162.594			376.286	222.410
Ativo não circulante			Passivo não circulante				
Ativo financeiro amortizável	6	82.389.503	7.748.004	Debêntures - partes relacionadas	7	56.381.067	20.566.802
Outros ativos não circulantes		70.664	–	Outras contas a pagar - partes relacionadas	14	18.615	5.545
		82.460.167	7.748.004	Impostos diferidos	8	10.389.463	55.495
Total do ativo		105.157.366	26.910.598			66.789.145	20.627.842
				Patrimônio líquido			
				Capital social		48.618.000	6.000.000
				Reserva de lucro		–	54.598
				Reserva legal		–	5.748
				Prejuízo acumulado		(10.626.065)	–
						37.991.935	6.060.346
				Total do passivo		105.157.366	26.910.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de lucros Reserva legal	Retenção de lucros	(Prejuízo)/ Lucro acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.000	(1.000)	–	–	–	–
Aumento e Integralização de capital em 14 de março de 2014	6.000.000	–	–	–	–	6.000.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	114.944	114.944
Constituição de reserva legal	–	–	5.747	–	(5.748)	–
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	–	–	–	54.598	(54.598)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	(54.598)	(54.598)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	6.001.000	(1.000)	5.748	54.598	–	6.060.346
Aumento de capital	42.617.000	(42.617.000)	–	–	–	–
Integralização de capital	–	42.618.000	–	–	–	42.618.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(10.686.410)	(10.686.410)
Absorção do prejuízo acumulado	–	–	(5.748)	(54.598)	60.346	–
Saldos em 31 de dezembro de 2015	48.618.000	–	–	–	(10.626.065)	37.991.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "MRTE"), foi constituída em 18 de novembro de 2013 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1. Da concessão:** Em 14 de novembro de 2013 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2013 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 11.599.380 e deságio de 28% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 29 de janeiro de 2014. O projeto da Companhia consiste na construção, operação e manutenção de uma subestação de 440/138 kV, localizada no município de Três Lagoas/MS e de duas linhas de transmissão, circuito duplo, 440 kV, de aproximadamente 5 km que interligará esta subestação ao ponto de conexão com o sistema elétrico, localizado no município de Castilho, estado de São Paulo. A Companhia recebeu do IBAMA, em 23 de setembro de 2014 a Licença Prévia nº 492/2014, relativa a SE Mal. Rondon 440/138 KV LT 440 kV Três Lagoas/MS - Castilho/SP; com validade pelo período de 2 (dois) anos. As obras da Companhia compreenderão eixos: Eixo 1 - LT 440 kV Jupia - Getulina C1 - seccionamento Marechal Rondon e Eixo 2 - LT 440 kV Júia - Taqarussu - seccionamento Marechal Rondon, que será implantado nos municípios de Três Lagoas/MS e Castilho/SP. Tendo apresentado todas as exigências do órgão licenciador, a Companhia recebeu em 29 de dezembro de 2014 a Licença Ambiental de Instalação nº 1.037/2014, também com validade de 2 (dois) anos. A Companhia está em fase de conclusão das obras e tem previsão de entrada em operação em abril de 2016.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2016. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Ativo financeiro amortizável:** De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de

compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo. Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção. Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

3.3. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.4. Impostos: imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.6. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.7. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.8. Receita operacional: Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros: Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP. **3.9. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu as determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

Nota	2015	2014	
Receita operacional líquida	10	76.954.123	7.748.005
Custo da operação	11	(80.520.875)	(7.719.713)
Lucro/(prejuízo) bruto		(3.566.752)	28.292
Despesas gerais e administrativas		(1.143.921)	(148.470)
Outras despesas operacionais		–	(528.206)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		(4.710.673)	(648.384)
Resultado financeiro	12	(4.258.682)	826.936
Receita financeira		1.324.209	831.681
Despesa financeira		(5.582.891)	(4.745)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(8.969.355)	178.552
Imposto de renda e contribuição social	13	(1.717.055)	(63.608)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		(10.686.410)	114.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	2015	2014
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(10.686.410)	114.944
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	(10.686.410)	114.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	2015	2014
Atividades operacionais:		
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício antes dos impostos	(8.969.355)	178.552
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	5.492.167	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Ativo financeiro amortizável	(85.571.037)	(7.748.005)
Impostos a recuperar	(485.451)	(74.244)
Adiantamentos a fornecedores	(38.878)	–
Outros ativos	(66.764)	(3.900)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(4.972)	54.502
Tributos e contribuições sociais	9.101.052	63.832
Impostos pagos	(468.675)	(45.565)
Outros passivos	149.991	92.476
Fluxo de caixa consumido pelas atividades operacionais	(80.861.922)	(7.482.352)
Atividades de financiamento:		
Aumento de capital	42.617.000	6.000.000
Debêntures captadas	30.329.560	20.566.802
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	72.946.560	26.566.802
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(7.915.362)	19.084.450
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.084.450	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.169.088	19.084.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Bancos	152.279	146.528
Aplicações financeiras	11.016.809	18.937.922
	11.169.088	19.084.450

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. ATIVO FINANCEIRO AMORTIZÁVEL

	2015	2014
Circulante	10.929.538	–
Não circulante	82.389.503	7.748.004
	93.319.041	7.748.004

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme nota explicativa 1.1) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

7. DEBÊNTURES

a) Total da dívida

Descrição	Início	Venci-mento	Garan-tidor	Encargos CETIP + spread	2015	2014
SGBH	05/2014	04/2016	N/A	0,70% a.a.	56.381.067	20.566.802
					56.381.067	20.566.802

Debêntures obtidas em maio de 2014 com a controladora SGBH para execução das obras da Companhia até que a liberação de recursos provenientes de operações de financiamento de longo prazo dos projetos da Companhia perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") seja assinada e liberada. A Administração entende que a assinatura do financiamento de longo prazo junto ao BNDES seja concluída até março de 2016. O saldo das debêntures foi mantido no não circulante em função de se tratar de empréstimo com partes relacionadas e em função de tratar-se de empréstimo ponte.

8. IMPOSTOS PASSIVOS DIFERIDOS

	2015	2014
Impostos passivos diferidos	10.389.463	55.495
	10.389.463	55.495

Os saldos são referentes: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obra (ativo imobilizado da concessão).

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de março de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.000.000,00, dividido em 6.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. Em 01 de outubro de 2015 foram subscritas 42.617.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$ 1,00 cada integralizadas em moeda nacional pela SGBH. Em



MARECHAL RONDON

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 19.389.560/0001-08



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

	2015	2014
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(10.686.410)	114.944
Reserva legal (5%)	-	5.747
Base de cálculo para os dividendos	-	109.197
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	-	54.598

10. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receita operacional bruta	85.571.037	7.748.005
Remuneração dos ativos financeiros	5.050.162	163.221
Receita de construção	80.520.875	7.584.784
Deduções da receita operacional	(8.616.914)	-
PIS diferido (nota explicativa 8)	(1.537.072)	-
COFINS diferido (nota explicativa 8)	(7.079.842)	-
	76.954.123	7.748.005

11. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2015	2014
Custo de construção	(80.520.875)	(7.584.785)
Pessoal	-	(134.928)
	(80.520.875)	(7.719.713)

12. RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Receita financeira	1.324.209	831.681
Receita de aplicações financeiras	1.322.800	831.681
Outras	1.409	-
Despesa financeira	(5.582.891)	(4.745)
Juros sobre debêntures (nota explicativa 6)	(5.484.705)	(4.745)
Outras	(98.186)	-
	(4.258.682)	826.936

13. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2015	2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(8.969.355)	178.552
Alíquota nominal	3.049.581	(60.708)
Adições e exclusões não dedutíveis	(4.235.421)	-
Outros	(531.215)	(2.900)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(1.717.055)	(63.608)

14. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

14.1. Passivo

	2015	2014
Fornecedor (i)	5.557	4.531
Outras contas a pagar - partes relacionadas	18.615	5.545
Debêntures (ii)	56.381.067	20.566.802

14.2. Resultado

	2015	2014
Despesa aluguel (i)	55.394	-
Despesa com juros de debêntures (nota explicativa 7)	(5.484.705)	(4.745)

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se refere a despesas de aluguel junto a SGBH.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

15.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.169.088	19.084.950
Ativo financeiro amortizável	6	93.319.041	7.748.004
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Debêntures - partes relacionadas	7	56.381.067	20.566.802
Fornecedores terceiros		44.999	49.971
Fornecedores - partes relacionadas	14	5.557	4.531

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente

Marcos Freitas de Sousa - Diretor

Aldeia Giorgia Werneck - Contadora - CRC RJ-110226/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

15.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:
a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.
b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.
c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.
d) Risco de crédito: A Companhia não identifica risco de crédito no momento visto que está em fase pré-operacional.
e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

16. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar e monitorar sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4